



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2015

Ano 40 – Nº 222

Violência no campo bate recorde esse ano

Págs.: 8 e 9



Foto: Carmelo Floraso

Encontro Nacional de Formação fez
memória dos 40 anos da CPT

Pág.: 4



Foto: Thomas Bauer CPT/BA

EDITORIAL

Acender luzes para debelar a escuridão

Estamos chegando ao final de mais um ano. Um ano pesado, sobrecarregado. Um ano dominado por crises – econômica, política, social e ambiental. Um ano escuro, envolto em trevas, em que o ventre podre de interesses pessoais ou corporativos se colocou acima do bem comum. Um ano em que vieram a lume situações de corrupção, endêmicas em nosso país, mas que sempre ficavam ocultas sob o manto da impunidade.

E aproveitando-se da escuridão que domina o cenário de nosso país, a violência com assassinatos eclodiu com força. O maior número de assassinatos em conflitos no campo, desde 2004, 46 pessoas mortas! E são mortes que deliberadamente se procuram esconder, jogando-as na vala comum dos crimes passionais, ou de intrigas entre vizinhos. Dez anos após a morte de Irmã Dorothy Stang, Anapu (PA) irrompe no noticiário por uma série de assassinatos (oito, de julho a novembro), a maior parte deles com vinculação com o lote 83, ligado a um dos mandantes da morte da missionária, Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, condenado por este crime, mas em liberdade por um *Habeas Corpus* que o STF lhe concedeu. Dorothy em vida já denunciava a violência e os conflitos que Taradão praticava neste lote.

E as trevas chegaram a Mariana, em Minas Gerais, envoltas num mar de lama. O rompimento de uma barragem de rejeitos da empresa de mineração Samarco, que é propriedade da Vale (ex Rio Doce) e da anglo-australiana BHP Billiton, acabou com povoados, provocou a morte de umas duas dezenas de pessoas, e espalhou destruição por toda a bacia do Rio Doce. A vida aquática e a vida dos ribeirinhos que viviam destas águas foram interrompidas sob a lama. Cidades inteiras, tanto em Minas quanto no Espírito Santo, banhadas por este rio sofreram suspensão no abastecimento de água.

Se faz escuro, nem por isso se deixa de cantar. As 17 Romarias que se realizaram neste ano, Brasil a fora, mostram que o povo está decidido a não se deixar dominar pela escuridão. Resiste e acende luzes que ajudam a debelar as trevas.

As comunidades tradicionais, no centro do poder, em Brasília, em defesa de seus direitos, ocuparam espaços deste poder. Mesmo reprimidas, cantando e dançando enfrentaram a truculência do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

O Encontro Nacional de Formação da CPT, lembrando os 40 anos de história desta Pastoral, acendeu novas luzes que iluminam os caminhos escuros por onde transitam os povos da terra, das águas e das florestas.

E as comunidades do Cerrado se levantaram contra uma nova estratégia do agronegócio, encampado e impulsionado pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu, com seu “Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba)”, que engloba o estado do Tocantins e parte dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, que vai, em pouco tempo, liquidar com o que resta do Cerrado.

Neste final de 2015 com a chegada do Natal e do Ano Novo, somos convocados a acender luzes que ajudem a debelar a escuridão, pois como disse Isaías “o povo que vivia nas trevas viu uma grande luz, uma luz brilhou pra os que viviam num país tenebroso” (Is 9,1; Mt 4,15).



A Universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões

O livro reúne os trabalhos apresentados na VI Reunião Científica sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, realizada pelo GPTEC – Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo. Trata-se, nas palavras do procurador geral do trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, “de uma publicação de relevante valor jurídico e social, que nos desafia a investigar as razões pelas quais persiste no Brasil tão grave ofensa à dignidade do trabalhador. Realidade retratada, com fidelidade, na coletânea de artigos e estudos ora apresentada, que aborda a escravidão contemporânea em sua complexidade, envolvendo sua face urbana e rural...”



Revista Alumeia, da CPT Bahia, aborda “Terra e Território” nesta edição



A segunda edição da Revista Alumeia, publicação da Comissão Pastoral da Terra Bahia (CPT-BA), tem como tema central “Terra e Território: A luta dos povos para permanecerem no campo”. A publicação traz artigo “Da tensão social à conveniência e oportunidade: os caminhos político-jurídicos trilhados pela obtenção de terras para a reforma agrária no Brasil”. Além de matéria sobre as comunidades que lutam para defender seus territórios. Em meio a esses textos, encontramos vários depoimentos, como os de Everalda, Josileide, João Ferreira, Maria Inês e Dom Mauro. “Trazemos relatos de moradores de comunidades que resistem há mais de 30 anos para se manterem em seu território, como no município de Casa Nova, e comunidades de Caetité que enfrentam as obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste [Fiol]”, destacam, na apresentação da revista, os/as agentes da CPT Bahia.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Após 11 anos da Chacina de Unaí, mandantes são condenados

Foto: Estado de Minas



Foram enfim julgados e condenados, 11 anos depois, os dois acusados de serem os mandantes da “Chacina de Unaí” – quando os três auditores fiscais do trabalho Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage e Eratóstenes de Almeida Gonçalves, e o motorista Aílton Pereira de Oliveira, do Ministério do Trabalho e Emprego, foram mortos enquanto fiscalizavam fazendas na região noroeste de Minas Gerais. O crime ocorreu no dia 28 de janeiro de 2004.

Antério Mânica, ex-prefeito de Unaí e produtor rural, foi condenado no dia 5 de novembro a 100 anos de prisão por ser o mandante dos assassinatos. Seu irmão, Norberto Mânica, também foi condenado à mesma pena, no dia 30 outubro. Além dos irmãos, o empresário José Alberto Castro foi julgado e condenado a 96 anos de prisão por intermediar o crime. Apesar da condenação, os criminosos conseguiram o direito de recorrer da decisão em liberdade.

Por fim, também apontado como intermediário, o empresário Hugo Alves Pimenta foi o último réu da chacina a ser julgado e condenado. O julgamento ocorreu no dia 11 de novembro. Ele fez acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF). Por conta disso, a pena de 96 anos dada pelo juiz Murilo Fernandes foi reduzida para 47 anos de prisão. Em 2013, outros três réus envolvidos na execução dos fiscais e do motorista já haviam sido condenados.

Encontro dos 20 anos da RENAP

Entre os dias 24 e 29 de novembro, na cidade de Luziânia (GO), cerca de 200 pessoas, entre advogados/as populares, estudantes de direito, professores/as, sindicalistas e outros, se encontraram para celebrar os 20 anos da RENAP – Rede Nacional de Advogados/as Populares. Na sede da OAB em Brasília, onde ocorreu a abertura do encontro, foram homenageados pela RENAP, *in memoriam*, Maria Trindade Gomes Ferreira, advogada da CPT Araguaia-Tocantins por anos, e Plínio de Arruda Sampaio, militante popular e um dos fundadores da Rede.

“O Encontro não foi somente celebrativo, durante os cinco dias o

debate foi intenso desde a sua abertura, onde inúmeros desafios foram colocados para a assessoria jurídica popular. Os/as participantes da mesa retroagiram na atuação da Rede, fazendo memória das conquistas, dos desafios e do contexto atual”, relatou João Batista Pereira, advogado popular e colaborador da CPT Bahia.

Enquanto desafios colocados à Rede, durante o encontro, destacam-se: a construção interna de novas relações igualitárias de gênero, articulação em rede de advogados/as populares, intensificação do debate acerca de projetos normativos que atacam os direitos dos povos tradicionais, em particular os indígenas, entre outros.

Foto: RENAP



Pistoleiro condenado por morte de casal de extrativistas tem fuga facilitada

O pistoleiro Lindonjonson Silva Rocha, condenado a cumprir 42 anos de prisão em regime fechado pelo assassinato do casal de extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo, fugiu da penitenciária Mariano Antunes, em Marabá (PA), onde cumpria a pena. A fuga aconteceu em meados de novembro.

“A fuga do pistoleiro é um escândalo! A direção da penitenciária, agindo de forma totalmente ilegal e irresponsável, autorizou o condenado a participar de atividades na ala reservada aos presos do regime semiaberto. Nessa ala, não há segurança reforçada e, no momento em que Lindonjon-

son empreendeu fuga, havia apenas um agente prisional, para fazer a segurança de vários detentos. Nenhum policial militar se encontrava no local”, ressaltou Nota divulgada por movimentos sociais e familiares do casal.

Ainda conforme a Nota, o descaso da Segurança Pública do Pará em relação a esse caso é flagrante. José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do crime, está com prisão preventiva decretada pelo TJ-PA, desde agosto desse ano. Porém, o acusado continua circulando pelo assentamento onde o casal foi assassinado, sem que sua prisão seja cumprida pela polícia.

Mulheres Negras marcham em Brasília

A Marcha das Mulheres Negras aconteceu em Brasília, no dia 18 de novembro, e reuniu cerca de 20 mil pessoas, vindas de vários estados do país. As mulheres protestaram contra a violência, discriminação e o racismo, entre outras pautas, além do reconhecimento das parteras tradicionais e a defesa dos Territórios quilombolas e indígenas.

“Essa marcha acontece em um momento de retrocesso na lei que trata da violência contra mulheres, através do Projeto de Lei 5069, que trata as vítimas de estupro como um caso de delegacia, obrigando as mulheres a irem à delegacia, antes de serem atendidas no sistema de saúde”, afirmou a deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Durante a Marcha, quando as mulheres seguiam rumo à Praça dos Três Poderes, dois policiais civis dispararam pelo menos quatro tiros para o alto. Os dois foram presos. Um deles era integrante de um grupo que estava acampado em frente ao Congresso e que defendia a volta dos militares ao poder.

Comunidade quilombola Rio dos Macacos tem área reconhecida

Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 18 de novembro, a Portaria 623, que declara como terras da comunidade remanescente de quilombo, o Quilombo Rio dos Macacos, em Simões Filho, Grande Salvador (BA). A área possui 301 hectares, dos quais somente 104 hectares foram destinados para titulação de posse.

Embora considerem a declaração uma grande vitória, os/as quilombolas buscam a integração do rio ao Território demarcado, a construção de duas vias alternativas para não terem que passar pela Vila Naval, além da anulação do processo de despejo impetrado pela Marinha do Brasil. Todavia, em nota, a Marinha informou que a área destinada à comunidade será de 104 dos 301 hectares demarcados. Os outros 196 hectares permanecerão sob administração da Marinha, por serem de “interesse estratégico à defesa nacional”.

ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO

Carrossel gira em torno aos 40 anos da CPT

ANTÔNIO CANUTO*

A Chácara Vicente Cañas, do Cimi, em Luziânia (GO), acolheu mais um Encontro Nacional de Formação da CPT. Foi entre os dias 21 e 24 de outubro. Nos dias seguintes, 26 a 28, lá mesmo se realizou a reunião do Conselho Nacional.

O Encontro de Formação se centrou em torno aos 40 anos da CPT. As quatro décadas da história da CPT foram visitadas em um giro em formato de carrossel. Os participantes ocuparam seus lugares em quatro espaços do carrossel, cada um referente a uma década. Em cada um destes espaços, um patrono e pessoas cujos depoimentos avivaram a memória de cada década. Após a primeira hora de apresentação, o carrossel girava e se chegava a outra década, assim sucessivamente, de forma que todos os presentes passaram pelas quatro décadas da história da CPT.

O patrono da primeira década – 1975-1984 – foi Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, sindicalista, animador de comunidade na diocese de Conceição do Araguaia, PA. Assassinado no dia 29 de maio de 1980. Jeane Bellini, da Coordenação Nacional da CPT e o Pe. Ricardo Rezende, que atuou na CPT no regional Araguaia-Tocantins, hoje professor da UFRJ, trouxeram presente os fatos daquele período.

A segunda década – 1985-1994 – teve como patrono o Pe. Josimo, agente da CPT Araguaia-Tocantins com atuação no assim chamado Bico do Papagaio, extremo norte do estado do Tocantins, assassinado em 10 de maio de 1986. Recordaram os principais fatos da década, Marina Rocha, da CPT Bahia e Pe. Flávio Lazzarin, da CPT Maranhão.

Pe. Dirceu Fumagalli, da CPT Paraná, Maria Angelita Maciel (Nininha), da CPT Ceará e frei Xavier Plassat, da CPT Araguaia-Tocantins, apresentaram os fatos que marcaram a terceira década. A patrona desta década – 1995 – 2004 – foi Irmã Dorothy Stang, religiosa assassinada em Anapu (PA) no dia 2 de fevereiro de 2005.

A última década – 2005 a 2015 – teve como patrona a líder comunitária Maria das Dores dos Santos Salvador, conhecida como Dora, sequestrada e assassinada em 12 de agosto de 2015,



Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

na comunidade de Portelinha, município de Iranduba (AM). Vanúbia Martins Oliveira, da CPT da Paraíba e Paulo André, CPT Minas Gerais, expuseram o que marcou esta última década.

O que mudou e o que permanece na vida da CPT

Concluído o giro do carrossel, foram constituídos grupos para refletir sobre o que, nestes 40 anos de história, mudou na vida da CPT e o que permanece.

Ressaltou-se que o que permanece é a opção pelo “P” de pastoral, como serviço de ser presença solidária junto ao povo do campo; o fio condutor do protagonismo camponês; a espiritualidade centrada num divino presente no conflito; o espírito de luta e resistência.

Também permanece a violência física contra os homens e mulheres do campo, com expulsões, ameaças, assassinatos e a violência dos meios de comunicação que taxam de baderneiros os camponeses que lutam para preservar ou conquistar seus direitos.

O que mudou foi o contexto. A CPT nasceu nos tempos árdios da ditadura militar, tempos de perseguição, de repressão aos movimentos dos trabalhadores. Apesar de se viver em tempos de “democracia”, a repressão continua. Também neste período novos sujeitos sociais foram despontando, várias categorias de camponeses foram sendo assumidas pelas comu-

nidades.

Mudou também a relação da Igreja com a CPT. A igreja foi se fechando em si mesma, menos voltada para o social. As relações ecumênicas se fragilizaram.

Para ser fiel à sua missão, enfatizou-se a capacidade de a CPT se reinventar constantemente, acompanhando as mudanças da conjuntura. Com isso foram incorporadas outras demandas: como a da permanência na terra conquistada, a questão da água,

a luta dos povos tradicionais para garantir ou retomar seus territórios, a questão de gênero, entre outras.

Luzes do IV Congresso

Num momento seguinte o encontro buscou identificar as luzes que o IV Congresso acendeu. O que foi produzido no Encontro de Formação foi levado ao Conselho Nacional, que assumiu como luzes alguns consensos surgidos do IV Congresso e que devem nortear a caminhada da CPT nos próximos anos. São eles:

- Reforma agrária e defesa e conquista dos territórios, defesa da Terra, planeta;
- A questão de gênero e juventude;
- A mística e espiritualidade macro-ecumênicas das quais não se pode abrir mão;
- Sustentabilidade da própria CPT e das comunidades.

Os 40 anos da história da CPT foram revisitados em uma grande celebração em que a CPT foi representada por um rio. Cada década era um afluente que desembocava no grande rio, alimentando suas águas.

Os pobres são a jazida do capitalismo

No Encontro Nacional de Formação, Giuseppe Cocco, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, ajudou a pensar a atual conjuntura brasileira.

Falou sobre a complexidade da crise brasileira, uma crise política, econômica e ambiental. Segundo ele, a crise política fugiu do controle e se tornou uma crise de governabilidade.

Chamou a atenção em sua análise, o que ele chamou de extrativismo cultural e social. Segundo ele, há dois tipos de extrativismo: o mineral, o do pré-sal, o extrativismo dos recursos naturais que se convertem em plantações de soja, em pasto para o gado. E o extrativismo cultural, social, que tem como figura central e paradoxal o pobre, do qual se extrai valor. Surge um novo tipo de trabalhador, aquele que não tem um emprego, sujeito ao trabalho precário, sem estatuto. O trabalho se torna imaterial, daí decorre uma inversão na relação trabalho e direitos. Não estamos mais no mundo dos “direitos do trabalho”. Fica cada vez mais distante a relação salarial. Trabalhar hoje constitui produzir-se como “ser empregável” e não apenas procurar emprego. A fábrica agora é a metrópole e está tudo misturado: cultura e natureza, tempo de vida e tempo de trabalho.

Os pobres são a jazida do capitalismo. Os serviços produzem mundo, formas de vida e são as grandes atividades desse modelo. Uma outra afirmação do professor: “O grande escândalo da Lava Jato é que o Estado é quem passa dinheiro para as empreiteiras e não as empreiteiras para os políticos”.

VII SINGA

CPT ministra oficina e é homenageada no VII Singa

Realizado entre os dias 30 de outubro e 3 de novembro na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, o VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), reuniu pesquisadores e pesquisadoras de todo o Brasil e de outros países. A CPT foi a grande homenageada desta edição do Simpósio e teve representantes em diversas mesas de debate.

CRISTIANE PASSOS E
ELVIS MARQUES*

No primeiro dia do evento, cerca de cem estudantes, pesquisadores, representantes de movimentos e outros participaram da Oficina “Produção e uso de dados de conflitos agrários no Brasil – a experiência da Comissão Pastoral da Terra e de geógrafos agrários”, coordenada pela CPT, e com a participação dos geógrafos Ariovaldo Umbelino, da Universidade de São Paulo (USP); Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF); Bernardo Manganço, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); Guiomar Germani, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Plácido Junior, doutorando em geografia na UFF e agente da CPT Nordeste II, além de Múria Carrijo, documentalista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Secretaria Nacional da CPT.

“É uma ocasião muito especial, ao comemorar esses 40 anos da CPT, estarmos no SINGA”, ressaltou Ruben Siqueira, da coordenação executiva nacional da CPT. Plácido, ao iniciar sua fala, fez memória do processo de

nascimento da Pastoral. “No contexto do regime militar, de sufocamento de muitas lutas camponesas, do avanço do capital sobre o campo e de aumento dos conflitos, a CPT nasce e faz uma escolha de não estar junto ao poder. De não estar no planalto. A CPT faz uma escolha de estar na planície, junto com os povos do campo”, destacou ele.

A publicação anual da CPT, *Conflitos no Campo Brasil*, completou 30 anos em 2015. Plácido Junior explicou aos participantes como começou o registro dos conflitos pela CPT. “É esse jeito de ser da CPT, de ouvir o povo e caminhar junto com ele, que faz com que a CPT tenha essa preocupação em não deixar essa memória ser esquecida – memória da luta e da caminhada do povo”. Ele ressaltou, ainda, que a entidade não pode perder a dimensão Pastoral, “que é a maior dimensão desse trabalho. Apenas depois foi criando a dimensão científica”.

“Posso dizer que sou um discípulo da CPT. Eu tive o privilégio de vê-la nascer. Tive o privilégio de conhecer Canuto [membro fundador da CPT], lá em Santa Terezinha (MT), no começo dos anos 80, e assistir, pela primeira vez, um padre partilhar o pão de fato. Pegamos o pão, molhamos no vinho

Foto: Assessoria de Comunicação CPT Nacional



e comemos. A CPT é isso, gente. A CPT é encontro”, relembrou o professor Ariovaldo Umbelino. Ele destacou como é necessário mostrar, a partir dos registros dos conflitos no campo, a luta do povo. “Não adianta nada você ter um Centro de Documentação maravilhoso e isso não ser visível. Mas

essa é uma contradição insolúvel, porque se por um lado há a dificuldade de se tornar visível, por outro lado o que a CPT e o Centro de Documentação mais fizeram foi tornar visível a luta pela terra”, afirmou.

“A CPT faz, através do Centro de Documentação, talvez a maior contribuição já feita no Brasil, da denúncia de violência, da denúncia da barbárie que atravessa o campo. Mas a CPT não é só isso. A CPT denunciando essa barbárie conseguiu avanços significativos, por exemplo, em todo o processo de combate ao trabalho escravo”, finalizou o professor.

A CPT participou, ainda, de outras duas mesas, uma delas debateu os conflitos pela água, onde a entidade foi representada por Ruben Siqueira. A Mesa Redonda “Agrohidronegócio e os conflitos pelo uso da água”, contou ainda com as reflexões do professor Altair Sales Barbosa e Antonio Thomaz Junior, da UNESP. A outra foi durante a 2ª Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais, na qual Isolete Wichinieski, agente da CPT Goiás e coordenadora da Articulação das CPT's do Cerrado, representou a Pastoral.

CPT recebe homenagens durante o Simpósio

Foto: Assessoria de Comunicação CPT Nacional

Durante as atividades de abertura do VII Singa, houve um momento de homenagem a organizações sociais e aos lutadores e lutadoras que dedicaram suas vidas à defesa dos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas.

Dom Tomás Balduino foi homenageado *in memoriam* e seu sobrinho, João Carlos Balduino, recebeu a homenagem em nome da família. “É uma honra receber essa homenagem. A ficha ainda não caiu sobre a morte do meu tio. A gente ainda sente a presença dele e sempre falamos que a cada assentamento, a cada homenagem, a cada luta, a cada pessoa que se lembrar dele, ele



continuará vivo entre nós”, disse. Dom Pedro Casaldáliga também foi homenageado no evento. Antônio Canuto foi quem o representou. Canuto, que

também recebeu a homenagem em nome da Pastoral da Terra. Canuto destacou como a CPT está relacionada ao tema proposto pelo Simpósio. “A gente aqui se sente em casa com o tema desse evento. São os temas que a CPT hoje trabalha”.

Frei Xavier Plassat, membro da Campanha da CPT de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo “De olho aberto para não virar escravo”, também foi homenageado na ocasião, assim como o Movimento Camponês Popular (MCP); a Associação Quilom-

bo Kalunga; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom); José Porfírio, *in memoriam*; Michéas Gomes de Almeida, conhecido como Zezinho, Guerrilheiro do Araguaia, entre outros.

O VII SINGA ocorreu juntamente com o VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e a Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais. O evento teve como tema central “A questão agrária na contemporaneidade: dimensões dos conflitos pela apropriação da terra, da água e do subsolo”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MOBILIZAÇÃO POVOS TRADICIONAIS

Articulação dos Povos Tradicionais realiza mobilização e passa a noite na Câmara dos Deputados

Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), enviou Tropa de Choque para o local. As luzes e o ar condicionado do Plenário foram desligados. Polícia não permitiu a entrada da imprensa e de outras pessoas na área. Representantes de comunidades tradicionais realizaram ato para denunciar o genocídio que vem ocorrendo no campo brasileiro.

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional



CRISTIANE PASSOS*

A Mobilização da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais teve início em 5 de outubro, em Brasília. Ações na cidade e em outros estados se estenderam até o dia 7. Mais de 200 representantes de povos indígenas, quilombolas, pescadores, vazanteiros, apanhadores de flores, geraizeiros, entre outros participaram, durante a tarde desse primeiro dia, de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados, sobre os conflitos no campo.

Após a Audiência, esses povos e representantes de comunidades tradicionais decidiram permanecer em vigília no Plenário I, anexo II, da Câmara dos Deputados, para denunciar as inúmeras mortes, violências e demais conflitos no campo. E, também, para lembrar os 26 anos da promulgação da Constituição Federal, que resguarda direitos dos povos e comunidades tradicionais e de seus territórios. Direitos esses constantemente desrespeitados e alvo das constantes investidas da bancada ruralista.

Já por volta das 22h00 o presidente da Câmara começou a agir para reprimir a vigília. A Tropa de Choque foi enviada ao local. Energia e ar condicionado foram desligados. Porém, essas ações não diminuíram a resistência do povo. Mesmo com a escuridão, o povo não parou de cantar

durante toda a noite. Os manifestantes queriam permanecer em vigília durante a noite e sair às 07h00 do dia 6, proposta essa recusada pelo presidente da Casa. Os manifestantes se mantiveram firmes e resistiram durante toda a noite, saindo somente ao amanhecer, como queriam.

Somaram-se ao grupo, jornalistas e políticos que ficaram no local. Acompanharam o protesto no Plenário os deputados federais Sibá Machado (PT-AC), Paulo Pimenta (PT-RS), Chico Alencar (PSOL-RJ), Jean Wyllys (PSOL-RJ), Alessandro Molon (Rede-RJ) e outros. Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, do Ministério Público Federal (MPF), também acompanhou a ação.

Já do lado de fora da Câmara, mesmo sem poder entrar, um grupo de pessoas se reuniu em solidariedade aos que estavam cercados pela polícia no Plenário. Eram apoiadores e apoiadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), advogados populares, e pessoas de outros movimentos sensíveis à luta.

No dia 6, durante a tarde, o grupo realizou uma celebração indígena em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), para denunciar a morosidade do Judiciário no que tange aos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Já na manhã do dia 7

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional



mento do meio ambiente e dos saberes tradicionais. Condenaram, ainda, a PEC 215 e outras proposições legislativas que tramitam no Congresso e que atacam seus direitos.

Indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco ocuparam sede da Funai no Maranhão

Cerca de 80 integrantes dos povos indígenas Krenyê, Gamela, Kreepynm, Gavião; quilombolas do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) e quebradeiras de coco do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Baçu (Miqcb) ocuparam a Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), sediada no município de Imperatriz, no Maranhão. A ocupação também fez parte da Mobilização Nacional da Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais. Assim como ações dos povos e comunidades tradicionais no Mato Grosso do Sul e na Bahia.

Violações de direitos cometidas por Cunha durante a mobilização foram denunciadas à ONU e OEA

Cinquenta organizações da sociedade civil assinaram documento protocolado no dia 8 de outubro. Ao trancar manifestantes no plenário da Câmara dos Deputados e impedir a entrada de advogados, Eduardo Cunha feriu a legislação brasileira e os tratados internacionais. Segundo o documento, "Ao impedir o acesso

das advogadas e advogados aos povos indígenas, quilombolas, pescadores, geraizeiros e das outras comunidades tradicionais, o presidente da Câmara dos Deputados violou um dos preceitos fundamentais da Constituição do Brasil e de normas e tratados internacionais, a garantia do direito de acesso à justiça".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. O texto contou, ainda, com informações do CIMI e do CPP.

ARTIGO

Os riscos e impactos da atividade mineral sobre as pessoas e a natureza

THIAGO VALENTIM*

O tema da mineração tem sido com frequência pauta de discussões políticas, sociais, econômicas e também religiosas, ecoteológicas em todo o mundo, especialmente em países americanos e africanos, seja da parte daqueles que defendem o avanço deste tipo de atividade, ou seja, empresas e governos, que incidem sobre mudanças legais que destravem as burocracias e impedimentos; seja da parte de comunidades inteiras atingidas pela mineração e entidades preocupadas com o avanço do setor mineral.

Todo empreendimento sobre o meio ambiente possui impactos, em menor ou maior intensidade. Faz-se necessário intensificar e aprofundar a discussão sobre a viabilidade e legalidade de empreendimentos econômicos que, sob o manto do progresso, servem somente para aumentar o capital financeiro de empresas, bancos e ameaçam a qualidade de vida das populações vulnerabilizadas.

A recente tragédia em Mariana (MG), ocorrida no dia 5 de novembro último, quando se romperam duas barragens de rejeitos de minério de ferro, lançou no Rio Doce, que banha uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, 50 milhões de toneladas de rejeitos, da empresa Samarco Mineração S.A, que pertence a Vale do “ex Rio Doce” e a anglo-australiana BHP Billiton, as duas maiores mineradoras do mundo. Isso deu visibilidade nacional e internacional sobre o quanto as minerações, especialmente as mega minerações, são perigosas para as populações e para o meio ambiente. Constatamos que o avanço do modelo neoextrativista no Brasil tem se dado de maneira impositiva, promovido por grandes corporações do setor mineral, com forte subsídio do Estado. Ao invés de gerar bem-estar social, empregos seguros e de qualidade, melhoria na vida das populações locais, segundo as promessas, tem gerado desigualdades e



Foto: Latuff

sérias violações aos Direitos Humanos individuais e coletivos.

O neoextrativismo, basicamente para a exportação de matérias-primas do Brasil, avança sobre as comunidades e territórios de forma avassaladora. A prioridade dada ao fator econômico revela o entendimento que se tem da natureza simplesmente como portadora de recursos a serem explorados com o único fim de gerar lucros enormes, que são acumulados por grandes corporações. É o mercado internacional ditando as regras do processo de produção de bens e serviços. Escondido atrás de um falso discurso de progresso, que é preciso aumentar a produtividade mineral porque aumenta a demanda humana de consumo de produtos produzidos a partir dos minérios, este modelo de des-envolvimento gera um caos e impossibilita, lenta ou imediatamente, como em Mariana, que seja possível viver em áreas atingidas por mineração em várias partes do mundo.

Este modelo neoextrativista de produção não tem limites e não respeita os limites do planeta, agravando a crise ecológica, incentivando o consumismo exacerbado de bens cuja produção está carregada de uma série de injustiças socioambientais. Enquanto se extrai minérios em de-

terminadas áreas, outras são pesquisadas, mapeadas e inseridas no processo de extração. Enquanto os investidores deste mercado internacional se beneficiam com os lucros, resta às populações atingidas pelas minerações no Brasil as consequências socioambientais nefastas da atividade mineral.

Além dos impactos que uma mineração pode causar sobre as pessoas e a natureza, como a poluição dos bens naturais, desmatamento, inviabilização de economias locais, migrações e remoções forçadas, poluição sonora devido ao intenso barulho de máquinas e explosões, doenças, mortes, as mega minerações são insustentáveis ainda porque se utilizam de uma grande quantidade de água e energia para a extração e beneficiamento de minérios, muitas vezes em regiões onde a disponibilidade de água é limitada. A água é um direito básico e humano essencial, indispensável para a manutenção de qualquer tipo de vida. Não é justo que empresas mineradoras se utilizem de milhões de litros d'água quando populações de várias regiões, seja rural ou urbana, não possuem o acesso à água de qualidade e na quantidade necessária para os diversos usos.

No Ceará, entre os municípios de Santa Quitéria, Itatira e Madalena, está localizada a maior mina de urânio

do país, cujo projeto está atualmente em processo de licenciamento ambiental e pertence ao consórcio formado pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa estatal, e pela Galvani, empresa privada cujas ações (60%) pertencem a um grupo norueguês. Na Noruega, entretanto, não se admite a matriz nuclear. Áustria, Suécia, Itália, Austrália, Dinamarca, Grécia, Irlanda, Polônia, Bélgica, Alemanha, Holanda, Espanha também já pararam reatores ou anunciaram as intenções de abandonar a energia nuclear.

Nesta área, conhecida como Mina de Itataia, o urânio está associado ao fosfato, utilizado na produção de fertilizantes para o agronegócio. O urânio deverá ser utilizado, também, para abastecer as usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ), especialmente a Angra 3, que está em construção. A INB também explora, atualmente, uma mina de urânio em Caetité (BA), onde já ocorreram vazamento de 5.000 m³ de licor de urânio para o ambiente; sete transbordamentos da bacia de barramento, liberando urânio, tório e rádio 226; rompimento em mantas da bacia de contenção, morte de peixes, alimentos contaminados, população com 19 vezes mais casos de câncer.

Concluimos esta reflexão fazendo eco ao apelo do Papa Francisco, bispo de Roma, em sua recente encíclica *Laudato Si: O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum* (LS, 13). Que não desanimemos nas resistências e não alimentemos a nossa Memória, Rebeldia e Esperança.

*Coordenação Executiva Nacional da CPT.

Violência e mo

ANTÔNIO CANUTO*

Nota divulgada pela Diretoria e Coordenação Executiva Nacional da CPT, no dia 13 de novembro, dizia que “aproveitando-se do fato de o governo central estar encurralado por uma grave crise política e econômica, os latifundiários e empresários do agronegócio, apoiados na poderosa bancada ruralista, fazem prevalecer seus interesses e impõem, até mesmo pela força, sua vontade”.

Isso é o que tem se visto neste ano, com aumento significativo de assassinatos de camponeses e trabalhadores. Em 2014, o Banco de Dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, registrou 36 assassinatos. Em 2015, até final de novembro este número chegou a 46. Número superior ao total de assassinatos de cada ano, desde 2004.

A quase totalidade destes assassinatos se concentrou na Amazônia, 20 no Pará, 19 em Rondônia, 4 no Maranhão e um no Amazonas.

Como dizia a Nota da CPT “A omissão do Estado brasileiro alimenta a certeza de impunidade, por isso os que praticam ações violentas não se intimidam, antes encontram em servidores públicos de diversas instâncias o apoio e o estímulo para seus atos”.

Em Anapu violência explode

Anapu, no Pará, dez anos depois da morte de Irmã Dorothy Stang, tem se projetado no cenário nacional pelo crescimento desconcertante da violência no município. Na Gleba Bacajá, onde foi morta a missionária, somente nos últimos quatro meses, de julho a novembro, oito pessoas foram assassinadas no contexto de conflitos por terra. Seis destes assassinatos estão relacionados ao Lote 83, conhecido por todos na região como lote do Taradão, Regivaldo Pereira Galvão, já condenado por ser um dos mandantes

do assassinato de irmã Dorothy, mas já em liberdade.

Denúncia da equipe da CPT de Anapu ao Ministério Público Federal lembra que Irmã Dorothy havia denunciado o fazendeiro por desmatamento ilegal e por violência contra os posseiros, neste lote. “Por isso, em 2004, ele foi convocado pelo Incra/Altamira, onde tentou justificar-se dizendo que queima de casas e expulsão de posseiros eram ‘excessos de seus empregados’”. Foi multado e teve maquinário



apreendido pelo IBAMA. Em janeiro de 2014, sua esposa, Rosângela Galvão, afirmou aos que ocupavam a área ter documentos da mesma desde 2001. E ameaçou dizendo que não tolerariam perder a terra. Se “na lei não funcionasse” tinham “seu jeitinho”. A denúncia é contundente: “O lote 83 não é o único no momento, mas é certamente o centro operacional dos grupos armados que ameaçam e intimidam o povo de Anapu”.

Hoje se apresentam como proprietários da área, um tal de José Iran e Debs Antônio Rosa, mas que na realidade seriam “testas de ferro” de Taradão. Segundo a denúncia da CPT de Anapu, José Iran comandaria um grupo identificado em ações anteriores de violência e operações de “limpeza” de áreas, com base em Marabá, e Debs Antônio Rosa teria vasta ficha criminal e já teria sido condenado por assaltos violentos. Este último contratou, em Araguaína (TO), a Atalaia Segurança Patrimonial para serviços em “sua fazenda em Anapu”. “Caminhonetes com letreiro **escolta armada** passaram a circular e a pro-

tagonizar atos de intimidação e violência a partir do lote 83”. O mesmo Debs reconheceu, em reportagem de 20 de outubro da ATM TV, afiliada do SBT, andar com escolta armada, quando a TV noticiou ato de agressão aos seus seguranças.

A presença destes pistoleiros foi constatada inclusive pela própria polícia. Nos meses de maio e junho de 2015, a

DECA, Delegacia de Conflitos Agrários, de Marabá, prendeu neste lote quatro pessoas suspeitas de pistolagem, depois de haverem ocorrido tiroteios na área. Em 7 de julho outros quatro homens foram presos, caracterizados pela juíza da comarca de Anapu como pistoleiros. Armas pesadas e muita munição foram encontradas na área.

Seis mortes relacionadas ao lote 83

Em 11 de agosto, Jesusmar Batista de Farias, logo após chegar do lote 83, onde visitara cinco irmãos e um sobrinho, foi assassinado em sua oficina de motos. No dia 25 de maio, depois de uma viatura da polícia civil ter passado três vezes em frente à sua oficina, chegaram três homens e um deles, que se disse aparentado de Zé Iran, o ameaçou dizendo que se não quisesse problemas era para deixar de apoiar as famílias da ocupação, pois sabiam que ele estaria bancando o alimento das famílias ocupantes.

Na passagem de 22 para 23 de agosto, na Vilinha do Surubim, foi assassinado o idoso Cosmo de Castro, após uma discussão em bar onde estavam Debs e o pai, com sua escolta armada. Cosmo Pereira de Castro dizia que apoiava as ocupações e os ocupantes, pois a terra é “federal e pública”. A população já havia denunciado que o bar era frequentado à noite pelos pistoleiros acantonados na sede do lote 83, denominados pelos locais de escolta armada de Taradão.

Em 27 de outubro foi assassinado José Nunes da Cruz Silva (Zé da Lapada), diante da esposa. Ele era uma das principais lideranças da ocupação. Menos de um mês antes da morte, Debs Antônio Rosa esteve na casa dele e o ameaçou diante da esposa. Seu assassinato está sendo visto como resposta à agressão sofrida pelos pistoleiros da área, episódio que o jornal da ATM TV Altamira levava ao ar.

No dia 31 de outubro, Claudio

Bezerra da Costa (Ivanzinho) foi assassinado por dois homens em uma moto na terra que ocupava, área conhecida como Fazenda de João Jorge. Era um dos apoiadores da ocupação do lote 83.

Antes, em 5 de julho, Edinaldo Alves Moreira, conhecido por Lourinho, logo depois de chegar em Anapu vindo do Lote 83, foi para uma festa. Em cinco minutos uma pessoa chegou em uma moto e o matou.

No dia 21 de agosto, um senhor conhecido como ‘Choque’, ocupante do lote 83, deixou a área e foi para Marabá (PA). Lá foi assassinado na noite desse mesmo dia.

Além destes seis assassinatos, ocorridos no lote 83, no dia 10 de outubro, foi morto Hercules Santos de Souza, de 17 anos, filho de ocupantes do lote 46. Foi assassinado em praça pública de Anapu, depois de sair duma festa, a família vinha recebendo ameaças.

Em meados de novembro, um jovem identificado como Willis, foi encontrado morto na estrada que leva ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, o assentamento fundado por Dorothy Stang. Era funcionário de uma empresa de segurança contratada pelo Incra, para evitar a invasão de madeiros e grileiros.

O intrigante é que estes assassinatos deliberadamente ocorreram fora da área do conflito, para não serem caracterizados como decorrentes dos conflitos por terra. A polícia civil presta aos criminosos este serviço, atribuindo as mortes a quaisquer outros motivos.

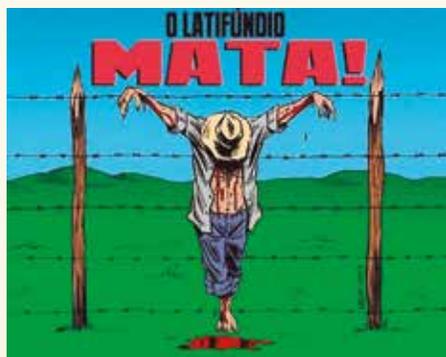
NO CAMPO

orte em Anapu

Motos roubadas

Além das mortes, muitas outras formas de pressão e de violência têm sido utilizadas pelos fazendeiros e seus jagunços. Destruição de casas, roubo de pertences, vigilância armada sobre os que transitam nas estradas, expulsão do local onde as famílias estão acampadas e outras mais.

Um exemplo disso é o Lote 44. Ali está instalada a Fazenda Santa Maria. 38 famílias acampadas pleiteiam a incorporação do imóvel à reforma agrária. Está em fase adiantada o processo de cancelamento do CATP



- Contrato de Alienação de Terras Públicas - deste lote. Mesmo assim as famílias sofrem perseguição: roças têm sido destruídas, casas queimadas e as famílias ameaçadas. Em 02 de julho, sete homens com coletes à prova de bala e capacetes na cabeça chegaram em dois carros. Desceram disparando tiros. Depois localizaram as motos dos que trabalhavam na área e as levaram. No dia seguinte, 03 de julho, o delegado da Polícia Civil de Anapu, Elcio Fidelis de Deus, se recusou a registrar a ocorrência do furto das motos alegando que as mesmas estavam em Altamira (PA). Na saída da delegacia os trabalhadores foram filmados.

Carreata de repressão

Nas proximidades do lote 46, desde maio do corrente ano, 32 famílias sem-terra acamparam pleiteando a destinação do lote para reforma agrária. O pretensão proprietário é Carlos Antônio Martins, o Carlinhos Galo.

Em 29 de agosto, fazendeiros, em mais de 15 carros, acompanharam “o proprietário” até a área. Lá chegando, durante quase cinco minutos, dispararam suas armas de fogo. Depois invadiram os barracos das 32 famílias e destruíram ferramentas e pertences pessoais. Roubaram celulares e queimaram os barracos.

O jovem Hercules, assassinado no dia

10 de outubro, era filho de ocupantes deste lote. Sua família vinha sendo ameaçada por ter denunciado a presença de pistoleiros na área. Inclusive havia feito a denúncia para a Ouvidoria Agrária, em Anapu.

De lá a carreata rumou para a área da Mata Preta onde estão situados os lotes 69, 71 e 73, área ocupada desde 2006 por famílias sem terra e já em processo de ser retomada pelo Incra. Os participantes da carreata aterrorizaram as famílias apontando armas, gritando e ameaçando de destruição. As famílias há muito tempo vinham sofrendo constantes pressões e ameaças de expulsão por parte da em-

presa Participações Santa Helena, de propriedade de Carlos Roberto Fleck. No último final de semana de maio, capangas armados haviam serrado as duas pontas duma ponte na vicinal que dá acesso à área.

A carreata não se deteve ali. Passou para o outro lado da Transamazônica, na Gleba Belo Monte, nos Lotes 103 e 105, onde depois de ameaçar matar as pessoas que ocupavam a área, as expulsaram. Os dois lotes têm como pretensão proprietário o mesmo Carlos Roberto Fleck, que se apresenta como dono dos lotes da Mata Preta.

O que está por trás de toda a violência

Um dos instrumentos criados pelos governos da Ditadura Militar foi o de oferecer, a quem se interessasse, terras na Amazônia com o objetivo de ocupar a região e de desenvolvê-la. Para isso criou o que se denominou de CATP - Contratos de Alienação de Terras Públicas. Conforme assinala o professor em Direito Agrário, Hélio Roberto Novoa da Costa, mais de 1,5 milhões de hectares foram assim alienados: “Muitos através de prepostos adquiriram lotes que sequer tiveram a intenção de um dia saber se efetivamente existiam ou não, isto é: emprestaram ou alugaram seus nomes para experts da grilagem, que não tinham outro objetivo senão locupletarem-se da inoperância da fiscalização oficial”.

Neste contrato constava uma cláusula que dispunha que havendo descumprimento de qualquer das obrigações assumidas, extinguiu-se automaticamente o direito à propriedade do imóvel, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Em 1975, o Incra abriu licitação

para a venda de áreas entre 810 e 3 mil hectares no estado do Pará, às margens da rodovia Transamazônica. O edital de concorrência nº 03/75 abriu a possibilidade de compra de lotes nas glebas Belo Monte e Bacajá, as duas situadas entre as cidades de Altamira e Marabá. As grandes extensões de terra atraíram pessoas interessadas em explorar a madeira da floresta ou atuar no ramo da agropecuária.

A gleba Belo Monte, com 510 mil hectares, fica ao norte da estrada. Localizada ao sul da Transamazônica, a Bacajá tem 210 mil hectares. Hoje, as duas pertencem ao município de Anapu. Ao todo 180 lotes de áreas individuais foram licitados. Muito poucas foram as áreas que cumpriram os termos do contrato, por isso mesmo deveriam ter retornado ao domínio da União.

Entre 1980 e 1981, o Incra vistoriou as áreas e encontrou muitos lotes em situação de completo abandono. A partir daí entrou com ações na Justiça para cancelar o registro imobiliário destas áreas. Desta forma foram recuperados vários lotes que

deram origem aos PDSs - Projetos de Desenvolvimento Sustentável - Esperança, na Gleba Bacajá, e o Virola Jatobá, na Gleba Belo Monte. A grande maioria dos lotes, mesmo ocupados, é terra pública, pois os termos do CATP praticamente não foram cumpridos, e houve transferência dos lotes para terceiros, sem anuência do INCRA, o que não era permitido.

Os conflitos em Anapu e em outros municípios do Pará, bem como muitos dos conflitos que ocorrem no sul da Rondônia, como o de Vilhena, onde cinco pessoas foram assassinadas em 17 de outubro, estão relacionados a conflitos em áreas que deveriam ter retornado ao domínio da União, por não terem sido cumpridos os termos do CATP. Segundo Nota da CPT Nacional, a solução para o fim da violência é o cancelamento dos CATPs, destinando as áreas para a reforma agrária.

ROMARIAS 2015

“Eu sou teu povo, sou.

Foi um ano de diversas Romarias. De continuidade e também surgimento de novas Romarias. Cerca de 70 mil pessoas presentes. De Norte a Sul do Brasil.

ELVIS MARQUES*

“Salve, salve a caminhada! Salve, salve a romaria! Em busca da nova aurora de um novo dia”, canta Zé Vicente, assim como cantaram milhares de romeiros e romeiras ao longo de 2015. Cerca de 70 mil pessoas participaram, neste ano, das 17 romarias das quais a Secretaria Nacional da CPT recebeu informações. De Norte a Sul, em todas as regiões do Brasil, lá estava o povo em romaria. E “bendita seja esta marcha dos romeiros da esperança”, como já dizia Vicente. Algo que ficou nítido nas romarias é que apesar da “conjuntura” de escuridão no campo e na cidade, vimos o povo gritar, e bem alto, de uma forma ou de outra, “Faz escuro, mas cantamos”.

Ao observar os temas e lemas das romarias deste ano percebe-se a forte presença das memórias, rebeldias e esperanças dos/as mártires da caminhada. Mártires estampados nos rostos de romeiros e romeiras, em suas falas, ou em camisetas, faixas, estandartes, bandeiras e quadros. Também ficou evidenciada, nas romarias, a força e a luta das comunidades tradicionais pelos territórios livres e pelo bem viver, o acesso à água, e o repúdio aos “projetos da morte” que têm passado por cima da vida de tanta gente. Outro ponto que se destaca nas romarias – e é quase, senão unânime – são os momentos preparativos de formação que as antecedem. Assim como os espaços de formação que ocorrem ao longo de um evento como esse.

Na Bahia, região de Campo Alegre de Lourdes, as comunidades entoaram:



Foto: Facebook da Romaria do Centenário do Contestado

“Sim à vida e não para mineração”, durante Romaria do Sul da Bahia. E por falar em Bahia, apenas neste estado aconteceram quatro romarias – em Bom Jesus da Lapa, Puxim, Correntina e Campo Alegre de Lourdes. Entre os dias 3 e 5 de julho ocorreu a 38ª edição da tradicional Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa, que trouxe como tema “Defender as águas, um direito sagrado”. Foram cerca de sete mil participantes. Durante a programação da romaria aconteceram os “Plenarinhos” – espaços de debates já tradicionais no evento, que esse ano homenageou religiosos/as que dedicaram suas vidas às causas do povo.

Em Timbó Grande, no estado de Santa Catarina, mesmo com uma manhã

gelada, cerca de 10 mil romeiros e romeiras se reuniram para fazerem memória dos milhares de caboclos e caboclas que morreram na luta do Contestado, há 100 anos. “Redutos de resistência, esperança e encantamento da vida” foi o lema da Romaria do Centenário do Contestado, que ocorreu no dia 13 de setembro. Dom João Salm, bispo da Diocese de Tubarão (SC), ressaltou que a Romaria foi “um momento em que tomamos consciência de uma verdade histórica, pois as lutas fazem parte da história da humanidade; lutas por oportunidades, por aquilo que não concordamos e que não está de acordo com o evangelho. É uma forma de proclamar em voz alta que não nos conformamos com aquilo que não nos dignifica”.

Representantes de aproximadamente 70 Dioceses de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul estiveram presentes no Centenário do Contestado. “A experiência do Contestado inspira a CPT, nestes seus 40 anos, para que continue sendo profética, servidora, solidária, companheira diária dos povos da terra, das águas e das florestas, igualmente perseguidos hoje, como foram há 100 anos atrás”, afirmou Thiago Valentim, da coordenação executiva nacional da CPT, que participou da romaria.

Mártires Presentes Na Luta!

“Se calarem a voz dos profetas, as pedras falarão!”. Este foi o tema da 14ª Romaria da Terra e da Água Padre Josimo, realizada em Colinas do Tocantins, nos dias 8 e 9 de maio, quando cerca de mil pessoas participaram – entre os presentes estava Dona Olinda, mãe de Josimo.

O lema desta romaria do Tocantins, retirado de um canto, quando entoado pelo povo, certamente se confunde com as histórias e lutas de tantos mártires que estiveram, e estão, presentes na luta de seu povo, que jamais deixa a memória desses lutadores/as morrerem. “Evocar os mártires da terra é evocar a ancestralidade da luta. Traz para a gente a força para continuar e seguir lutando pelos que virão. Nós somos o fruto da semente que esses mártires plantaram”, ressalta Vanúbia Oliveira, da CPT Paraíba.

No dia 12 de setembro, a CPT do Espírito Santo realizou a primeira Romaria dos Mártires, que fez memória dos 26 anos do assassinato de Valdício Barbosa, conhecido como Léo. Ele foi assassinado em 1989, no município de Pedro Canário. Crime impune, que prescreveu e teve processo arquivado. História que se repete no campo brasileiro. A Pastoral e a família de



Foto: Thomas Bauer



Foto: Elvis Marques

ROMARIAS 2015

Em romaria, vou”

Romarias do Cerrado

Léo organizaram a Romaria no sentido de resgatar a memória dele, que contribuiu com a luta de muitos trabalhadores/as da região.

O município rondoniense de Machadinho do Oeste recebeu mais de setenta ônibus e centenas de carros com pessoas de todos os cantos do estado para a 10ª Romaria da Terra e das Águas de Rondônia, ocorrida no dia 23 de agosto. Foram mais de quatro mil pessoas presentes. Segundo a CPT-RO, “a Romaria foi mais um momento histórico, com a principal missão de replantar em cada coração um jeito de ser Igreja, comprometida com a caminhada do povo pobre”. Neste ano se completaram 30 anos de sua morte mártir de padre Ezequiel Ramin foi lembrado. Na oportunidade, foi apresentado um vídeo sobre o pedido de beatificação do religioso pela Igreja.

Ao longo de 30 anos de registros e publicação do “Conflitos no Campo Brasil”, pela CPT, pelo menos 1.723 homens e mulheres tomaram no campo. Esta realidade de violência e de massacres sofridos pelos camponeses/as é, com certeza, um dos motivos pelo qual a CPT reafirma a importância de trazer presente a memória daqueles/as que morreram em defesa da vida. “Os mártires viveram a radicalidade de Jesus”, ressalta Ruben Siqueira, da coordenação executiva nacional da CPT. “Para nós, a memória desses mártires é a reatualização da memória de Jesus, que se doou totalmente até o martírio pela vida dos outros. O sangue derramado na luta pela terra é sempre lembrado por nós, para que ele nos fortaleça”, complementou.

E no Cerrado vimos surgir, em forma de romaria, o grito dos povos e comunidades do Cerrado – já são quatro romarias do Cerrado do ano passado até hoje. No município de Correntina, oeste da Bahia, aconteceu a segunda Semana do Cerrado, entre os dias 7 e 11 de setembro. Ao longo dessa semana ocorreram, entre outros eventos, o IV Seminário e a 2ª Romaria do Cerrado – cerca de 2 mil pessoas participaram. “Em menos de 50 anos, o avanço do agronegócio nos Cerrados, em especial no oeste baiano, consumiu cerca de metade do que a natureza gastou milhões de anos para criar e existia há 65 milhões de anos”, destacou a Carta Final da Romaria. Para contrapor esse “sistema da morte”, a Romaria debateu o tema “Cerrado em Pé: a Vida brota das Águas”.

Já Cuiabá, no Mato Grosso, acolheu a 1ª Romaria das Comunidades e Povos do Cerrado, que aconteceu juntamente com o 21º Grito dos Excluídos. A Romaria teve como tema “Um grito dos excluídos na cidade e no campo do Mato Grosso”. Cerca de 500 romeiros e romeiras caminharam pelas ruas do Centro Político Administrativo da capital. Os/as caminhantes realizaram cinco paradas em frente a órgãos públicos, onde cruzeiros eram fixadas no chão – ao som da canção de Chico Buarque “Funeral de um lavrador” – simbolizando a luta, sacrifício e a resistência dos povos.

O Fórum de Cuiabá foi o palco final da Romaria. Espaço onde romeiros e romeiras, muitos despejados de suas terras, aproveitaram para protestarem contra as

violações e violências do Judiciário estadual. Adriana Sant’Anna, juíza da Vara Agrária, foi chamada de “Miss Despejo”, pois já emitiu diversas liminares de despejo contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado. Ao fim, ainda foram lembradas as inúmeras pessoas assassinadas no campo. Várias cruzeiros foram colocadas no jardim do órgão.

O Santuário Nossa Senhora do Coco

da Aparecida, em Balsas, no Maranhão, recebeu, nos dias 15 e 16 de agosto, a 1ª Romaria Diocesana do Cerrado, que teve como lema “Deus criou o Cerrado e a nós confiou o seu cuidado”. Cada Paróquia participante, cerca de 17, ficou responsável por trabalhar, durante a romaria, um eixo temático, como: “Desmatamento e venenos trazem morte” e “Terra e Águas para a Vida e não para negócios!”.

Juventude

“O destaque da Romaria da Terra da nossa Diocese é a participação da Juventude, que foi de 90% dos romeiros”, destacou a CPT Paraíba sobre presença dos/as jovens em sua 27ª Romaria da Terra, que ocorreu nos dias 31 de outubro e 1º de novembro. Tanto a presença como a participação da juventude nas romarias foram expressivas e ressaltadas em muitos relatos.

Antecedendo a 38ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul ocorreu a 10ª edição do Acampamento da Juventude, nos dias 15 e 16 de fevereiro, em David Canabarro. Cerca de 450 jovens participaram do encontro. A juventude refletiu,

especialmente, sobre a questão da sucessão rural familiar. “Foi uma oportunidade a mais de ajudar a juventude a assumir e se sentir parte integrante e responsável na luta pela justiça e pela paz entre os povos. A força da juventude é fundamental nesta empreitada da vida”, afirmou dom Altieri, então arcebispo metropolitano de Passo Fundo.

Durante a 38ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, o “Plenarinho da Juventude” contou com mais de 600 participantes, que refletiram sobre o tema: “Juventude e as Águas – Lutas e Vidas Sagradas”.

As Romarias de 2015:

- Romaria do Centenário do Contestado – Timbó Grande, Santa Catarina. 13 de setembro.
- Romaria do Sul da Bahia – Puxim. 04 de outubro.
- Romaria dos Mártires no Espírito Santo – Pedro Canário. 12 de setembro.
- 1º Romaria do Cerrado e Grito dos Excluídos – Cuiabá, Mato Grosso. 1º de setembro.
- 1º Romaria Diocesana do Cerrado – Balsas, Maranhão. 15 e 16 de agosto.
- 2º Romaria do Cerrado e IV Seminário/Semana do Cerrado – Correntina, Bahia. 07 a 11 de setembro.
- 5ª Romaria em Defesa da Vida – Campo Alegre de Lourdes, Bahia. 21 de junho.
- 7ª Romaria das Águas e da Terra - Delmiro Gouveia, Alagoas. 26 e 27 de setembro.
- 10ª Romaria da Terra e das Águas de Rondônia – Machadinho do Oeste. 23 de agosto.
- 12ª Romaria Estadual da Terra e das Águas do Maranhão – 17 e 18 de outubro.
- 14ª Romaria Padre Josimo – Colinas, Tocantins. 8 e 9 de maio
- 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas do Ceará – Viçosa do Ceará. 02 de agosto.
- 18ª Romaria da Terra e das Águas de Minas Gerais - Brejo dos Crioulos. 04 de outubro.
- 27ª Romaria da Terra da CPT da Arquidiocese da Paraíba – Sapé. 31 de outubro e 1º de novembro.
- 28ª Romaria da Terra e das Águas de Alagoas - Branquinha. 28 e 29 de novembro.
- 38ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul e 10º Acampamento da Juventude – David Canabarro. 17 de fevereiro
- 38ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa – Bahia. De 3 a 5 de julho.



Foto: CPT Minas Gerais

ARTICULAÇÃO CPT's DO CERRADO

Povos e Comunidades do Cerrado dizem NÃO ao Matopiba

Em Carta Final do Encontro – endereçada à Sociedade, Presidência da República, e Congresso Nacional – participantes se manifestaram CONTRA o Matopiba.

ELVIS MARQUES*

Encontro Regional dos Povos e Comunidades do Cerrado aconteceu entre os dias 23 e 25 de novembro, no espaço de acolhida e formação Casa Dona Olinda, região de Araguaína, Tocantins. Cerca de 170 pessoas – entre camponeses/as, indígenas, geraizeiros, fundo e fecho de pasto, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores e outros – se reuniram ao longo desses dias para refletirem, a partir das experiências de resistência das comunidades do Cerrado, sobre o tema “Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba) e as consequências para os povos do Cerrado”.

O PDA Matopiba foi criado por meio do Decreto Presidencial nº 8447, assinado pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em maio de 2015. O Plano faz uma delimitação territorial que atinge todo o Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Com isso, o Matopiba abrangerá uma área de 143 milhões de hectares, sendo a maior parte de Cerrado, 90,94%; Amazônia, 7,27%; e 1,64% de Caatinga. “[O Matopiba] é uma política de agricultura nacional coordenada pelas grandes empresas do agronegócio, que negam os Territórios Tradicionais, além de transformarem todos os saberes, os Cerrados, a natureza e conhecimentos dos povos em mercadoria”, ressalta Saulo Costa, agente da CPT no Maranhão.

Além de reunir comunidades da região atingida pelo Plano do governo, o evento contou com representantes de cerca de 40 organizações, entidades, sindicatos, movimentos sociais, universidades e outros. Paulo Alves, da Articulação Camponesa do Tocantins, enfatizou, no início do encontro, que “estamos neste encontro porque escolhemos defender a vida. A vida das pessoas. A vida

dos animais e da natureza”.

No primeiro dia do Encontro os participantes foram divididos em quatro grupos. Cada grupo foi assessorado por representantes de um estado, onde foram apresentadas experiências e ações de resistência das comunidades. Representantes do Piauí falaram sobre grilagem, Bahia discutiu a questão da água, as monoculturas ficaram com Tocantins e os impactos dos projetos de infraestrutura com Maranhão. As apresentações funcionaram como “alicerce” para subsidiar as discussões que estavam por vir, pois a partir dessas experiências foi possível realizar análise crítica sobre o PDA e definir ações de resistência e fortalecimento das comunidades frente a mais esse projeto.

“Temos consciência que o Matopiba não trará benefício nenhum para nós. Para eles [Governo] nós somos um empecilho. Então nosso destino é a expulsão por parte desse projeto”, afirmou o trabalhador João Ramos, de Campos Lindos (TO), durante plenária. Quilombola e militante do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), Mary falou sobre a resistência e articulação da TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais

diantes desses projetos desenvolvimentistas, que surgem mascarados pelo discurso de “melhora de vida e solução dos conflitos sofridos pelo povo do campo”. “A TEIA tem se articulado

diários. Sua história e a de outras 40 famílias que vivem na Gleba há mais de meio século, comoveu a todos. Ela sofreu ação de despejo, em 13 novembro, por ordem emitida pelo juiz Luatom Bezerra Adelino de Lima. Dona Raimunda teve sua casa destruída pelo trator do fazendeiro, e sete pessoas foram detidas durante ação truculenta da polícia.

O despejo foi realizado em favor do empresário catarinense Emilio Binotto, o qual grilou a área para plantar soja, milho e criar gado. Desde sua chegada à região, a Gleba Tauá tem sido o alvo constante de desmatamento que pode atingir 11 mil hectares. Rios, córregos e nascentes estão desaparecendo devido ao assoreamento ocasionado pela devastação do bioma.

Encerramento

Ao fim do Encontro, Dom Enemésio Lazzaris, bispo de Balsas (MA) e presidente da CPT, fez uma relação sobre as experiências de conflitos e de resistência partilhados pelas comunidades com uma reflexão do Papa Francisco, divulgada esse ano, em que ele condena a forma como as empresas de mineração tratam a população. “[...] Um grito de tristeza e de impotência pela poluição das águas, do ar e dos solos [...]”. Mensagem que, segundo Dom Enemésio, pode ser estendida aos povos e comunidades do Cerrado.

Em uma clareira de uma mata, em meio à transição entre Amazônia e Cerrado, e às margens do Rio Lontra, o encontro foi encerrado com um ritual conduzido pelos indígenas Apinajé e Krahô.



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

para fortalecer a luta das comunidades do Maranhão. E também tem se articulado para contribuir com a luta das comunidades de outros estados ou em momentos de conflitos”, destacou.

Aos participantes, o professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Atamis Antônio Foschieta, explicou que ainda são poucas as informações divulgadas pelo governo sobre o projeto. “A ideia sobre o Matopiba é algo muito vago. Até o momento destaca-se apenas a sua delimitação. E os objetivos apresentados são genéricos”, ressaltou o professor, que disse ainda que o Matopiba “destaca a produção que não insere a grande maioria dos camponeses”.

Gleba Tauá

A história de Dona Raimunda, 73 anos, participante do encontro e moradora da Gleba Tauá, em Barra do Ouro, ilustra bem os conflitos que envolvem as comunidades e a incessante destruição do bioma por parte de grileiros e latifun-



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Colômbia

Comunidades camponesas denunciam repressão

Comunidades camponesas denunciam que o Exército constantemente viola seus direitos. Sete mil camponeses foram presos por defender suas terras ou perseguidos por denunciar a exploração dos recursos naturais, segundo dados do porta-voz nacional da Marcha Patriótica e defensor dos Direitos Humanos, Andrés Gil. Em menos de duas semanas, dois camponeses colombianos perderam suas vidas.

Miller Bermeo Acosta, de 20 anos, morreu no dia 19 de novembro, assassinado pelo exército colombiano, em El Mango, zona rural de Argelia, Cauca. Um conhecido defensor dos direitos humanos no país e líder social, Daniel Abril, foi assassinado no dia 13 de novembro em Trinidad, Casanare, por paramilitares. Ele havia se destacado no país por sua posição a favor das comunidades impactadas pela indústria petrolífera e pela proteção dos recursos naturais da região. Um líder

e conselheiro da Associação de Conselhos Indígenas do Norte de Cauca, Feliciano Valencia, sofreu um atentado no dia 16 de novembro, no local onde permanece preso injustamente. Ele tem se destacado por defender e visibilizar os direitos indígenas.

Fabián Laverde, defensor dos direitos humanos na Colômbia, em entrevista a TeleSur, explicou vários elementos importantes sobre esses conflitos. “Em primeiro lugar, a negação do governo nacional em reconhecer que existe paramilitarismo. Em segundo, há uma negligência absoluta frente às denúncias que enquanto movimentos sociais realizamos, sobre as situações de ameaças e as ações concretas contra os habitantes desses territórios”. A maioria dos líderes camponeses e indígenas é perseguida, desaparece ou é assassinada por denunciar a exploração, o saque de recursos naturais e a contaminação provocada pelas empresas transnacionais em suas regiões.

Cuba

Escola Camponesa Multimídia lança vídeo de curso metodológico sobre Agroecologia

A Via Campesina Internacional, a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP) e o Coletivo Komanilê lançaram no final do mês de novembro o vídeo do Curso Metodológico Virtual “Escola Camponesa Multimídia: uma ferramenta audiovisual para difundir a agroecologia”. A expansão da agroecolo-

gia é uma prioridade para as organizações que integram a Via Campesina em todo o mundo, e para consolidar esse processo estão sendo organizadas Escolas para a formação agroecológica desde a perspectiva política, até a técnica e metodológica em todos os países onde a Via Campesina está presente. E exatamente para contribuir com esse processo formativo que foram elaborados materiais multimídia, que incluem bibliografia e uma série de vídeos, que tem por objetivo facilitar a incorporação de conceitos e práticas da metodologia “Camponês a Camponês” (CaC), tomando Cuba como um exemplo de sucesso para motivar outras organizações a propagarem a agroecologia.

Todo esse material pode ser visto através do site <http://agroecologia.espora.org>.



Paraguai

I jornada de Agroecologia do IALA Guarani

Na capital Paraguaia foi realizada a I Jornada de Agroecologia do IALA Guarani, no dia 2 de dezembro. Com o objetivo de fortalecer a política de aliança com as demais organizações do campo e da cidade, e melhorar a unidade e solidariedade entre elas, o IALA organizou uma jornada de debates e intercâmbio de saberes em torno a Agroecologia, juntamente às atividades acadêmicas e de formação dos educandos do Instituto. O IALA Guarani busca, através deste evento, despertar a importância que tem para os povos e para toda a humanidade, a agroecologia como uma forma de ver e de nos vermos na vida.

Durante a jornada, militantes da Organização de Luta pela Terra (OLT) colocaram à disposição produtos provenientes de seus produtores associados para o pú-



blico consumidor consciente, que prefere a agricultura camponesa, livre de agrotóxicos, ao invés dos produtos da indústria alimentícia.

Comunidades de Oaxaca, México, proíbem mineradoras em seus territórios

Foto: Desiformemonos



Nove comunidades, além de áreas de produção comum, nos vales centrais de Oaxaca declararam ser proibida a mineração em seus territórios. 90% de suas terras foram concedidas a empresas para exploração mineral, segundo denúncias dos membros dessas comunidades, em coletiva de imprensa realizada em Oaxaca, no início de dezembro.

Representantes das comunidades de Ejutla, Ocotlán e Tlacolula, entre outras, anunciaram que proíbem de maneira estrita a emissão de autorizações para a realização de estudos de prospecção, exploração e aproveitamento mineral na região. Assim como,

também, o ingresso de trabalhadores sem seu consentimento em suas terras. “Assumimos o compromisso de defender regionalmente nosso território de maneira pacífica, organizada e por todos os meios legais, a partir de nossos territórios comuns, declarando-os como territórios proibidos para a mineração, com base em Assembleias Agrárias formalmente convocadas”, frisou um dos representantes das comunidades durante a coletiva.

Somente em Oaxaca há mais de 350 concessões minerais, algumas já em processo de aproveitamento, e os Vales Centrais são a região mais afetada do território concedido.

PÁGINA BÍBLICA

A teologia e a mãe: a Ressurreição

Nesta edição se encerra a longa caminhada que junto com Sandro Gallazzi fizemos, desde a edição de janeiro a março de 2010, pelo Antigo Testamento. A partir do próximo número com Sandro vamos trilhar os caminhos de Jesus, suas palavras, suas escolhas, o confronto com o templo que o leva à morte. Depois vamos acompanhar as primeiras comunidades no seguimento de Jesus

SANDRO GALLAZZI*

A primeira vez que aparece nos textos do primeiro testamento uma afirmação clara da fé na Ressurreição está no segundo livro de Macabeus. A mãe de sete filhos que são mortos por sua fidelidade ao Senhor é quem proclama esta fé. É o que vamos ver a seguir:

A última contribuição do Antigo Testamento se dá a partir de uma mãe de sete filhos (símbolo do povo). Encontra-se no capítulo 7 do segundo livro dos Macabeus. É a teologia da ressurreição. Até este momento, o conceito de ressurreição não aparece no Antigo Testamento. É a mãe quem o introduz. Ao hebreu nunca lhe preocupou a morte natural de quem “deve” morrer: o velho, o doente, um acidentado... Esses morrem e vão à casa dos mortos junto com tudo o que morre.

O que o questiona é a morte de quem não devia morrer, a morte de um jovem guerrilheiro que lutava por um motivo justo e o mataram. Pergunta-se então, onde está Deus, será



mais forte que Deus, o que mata e se Deus não defende a vida dos seus. O que questiona a teologia é a morte do companheiro que não tinha que morrer. No momento da luta dos Macabeus isto foi crucial.

Neste momento a resposta sai da

mulher. O ventre da mulher é o lugar teológico da fé desta mulher, ao ver a morte de seus filhos que morrem injustamente. A história põe esta mãe diante do imperador Antíoco Epífanes, que quer dizer manifestação de Deus. Um diante do outro, e no meio, o fogo de um forno.

Ela com seus sete filhos serão torturados para que reneguem a Deus. Os filhos são estimulados pela mãe para resistir enquanto um a um são massacrados, até o último. Ela diz a seus filhos: “Não tenham medo, eu não sei como, mas se Deus te deu a vida por meu ventre, Ele, de alguma forma, saberá dá-la de novo”. Tem a certeza de que a vida vence a morte. A mulher faz isto com a mesma coragem do homem, mas com pensamento, com cabeça de mulher. Ela tem a certeza de que a força do imperador não será capaz de arrancar da mão de Deus, a vida dos seus.

Ressurreição não é resultado do pensamento filosófico que descobre a imortalidade da alma: a teologia espúria dizia ao pobre que ficasse quieto, porque depois iria viver melhor, quan-

do morresse. A teologia da ressurreição é outra coisa, completamente diferente: é o grito da mãe que sabe que a morte na luta não é o fim, que se há de continuar lutando. A dominação continua, mas embaixo o povo continua resistindo, fazendo memória, produzindo fatos. Sobretudo, graças às mulheres.

Na mesma fé de Maria, na mesma linha de Judite, Ester, Rute, a Sulamita, a da mãe que sabe sempre proclamar, enquanto o templo fica calado, com Zacarias, a grandeza do Senhor. É o resumo do Deus do Êxodo. Terminamos assim o Antigo Testamento. A profecia não morreu, transformou-se em parábolas. Parábolas das mulheres, parábolas de Jesus, memória de uma longa resistência contra a dominação do Templo. O Templo vai matar Jesus, mas sua morte é o fim do templo: “No mesmo instante o véu do templo se rasgou em dois de alto abaixo”. Nunca devemos cair na tentação de consertá-lo de novo!

*Assessor da CPT.

50 ANOS DO PACTO DAS CATACUMBAS

Pacto das Catacumbas: viver pobre a serviço das causas dos pobres

LUCIANO BERNARDI*

Fazer memória do chamado “pacto das Catacumbas”, para várias pessoas da minha geração, além da memória de um momento empolgante da igreja católica, significa fazer ressoar na realidade de hoje, posturas e atitudes concretas sintonizadas com o evangelho e a prática de Jesus. Com este nome é conhecida uma articulação de bispos que veio crescendo durante a celebração do Concílio Ecu- mênico Vaticano II, evento que reuniu em Roma os bispos católicos do mundo inteiro. Antes do encerramento deste evento, que durou quatro anos (1962-1965) em quatro sessões, uma por ano, um grupo de bispos fizeram

este “pacto” celebrado num dos lugares mais significativos onde se reuniam as primeiras comunidades cristãs, ao redor de seus mártires, sepultados nestes cemitérios comuns subterrâneos. A articulação surgiu espontânea, entre os bispos que assinaram este pacto e outros que se agregaram em seguida; o que os unia era a vontade firme de viverem, por coerência com o Evangelho, mais pobremente e a serviço das grandes causas dos pobres.

Cinquenta anos atrás, este pacto provocou na história pessoal dos meus 19 anos e na história de muitos jovens, surpresa e entusiasmo. A assembleia dos bispos em Medellín (1968) proclamou, em alto e bom som, “a opção preferencial pelos pobres” e convidou

também bispos e a igreja em geral a viver pobremente, com indicações que eram um eco claro do Pacto das Catacumbas.

Nós, que fazemos memória deste pacto, não conseguimos esquecer a angústia e o momento delicado pelo qual passamos no final dos anos 80 e em seguida... quando fomos investidos por uma sensação de isolamento, quando não de condenação da teologia da libertação que estava dando seus primeiros passos em direção à espiritualidade do pacto das catacumbas.

Não se pode negar, na nossa visão, que houve um desacerto entre a visão e a metodologia, que se solidificaram, ao redor de papa João Paulo II

e Bento XVI em vista da continuidade e da manutenção. Ainda hoje, no meio do episcopado, há dificuldade em reconhecer que o Concílio Vaticano II, o mesmo que “originou” o “pacto das Catacumbas”, com suas propostas concretas e históricas, fruto do Espírito e encarnadas, estava apontando outros passos de uma nova floração para a velha árvore eclesial... e não somente para uma reciclagem. E de uma coisa eu tenho certeza: entre os germes abençoados que fizeram brotar a CPT e outras pastorais dirigidas aos pobres, com certeza, está o “pacto das catacumbas”!

*Coordenador da CPT Bahia.

ARTIGO

Campanha dos 40 anos da CPT

THIAGO VALENTIM*

Em 22 de junho de 2015 a CPT iniciou o ano de comemoração de seus 40 anos de fundação, naquele encontro de pastoral da Amazônia, realizado em Goiânia, criada para estar a serviço dos povos do campo, das águas e das florestas, de maneira solidária e profética. E deu certo! O 4º Congresso da CPT, realizado em Porto Velho/RO, de 12 a 17 de julho de 2015, celebrou a Memória, Rebeldia e Esperança dos pobres da terra e a história da CPT nestes 40 anos, bradando em alta voz: Faz escuro, mas eu canto!

Este é um momento forte de celebração, de avaliação da caminhada e de planejamento para os próximos anos, a partir dos enormes desafios que estão a nossa frente. A data é simbólica. São 40 anos de longa história e nos remete à simbologia dos 40 anos do êxodo do povo hebreu saído da casa da escravidão egípcia (cf. Ex 14). Eram hapirus, camponeses marginalizados que, em algum momento da história, se rebelaram contra a opressão e fizeram seu êxodo em busca da terra da libertação. 40 anos revela um tempo longo e difícil. Assim como não foi fácil para o povo hebreu e outros povos que fizeram seus êxodos, também não o foi para a CPT, mas são 40 anos de muita resistência e muito aprendizado. O êxodo continua até hoje e, por isso mesmo, a CPT existe e quer continuar existindo, para assumir junto com as pessoas empobrecidas a luta pela vida. Na fala do Papa Francisco, no seu discurso aos movimentos populares no Vaticano em 28 de outubro de 2014, nos sentimos fortalecidos e motivados a continuar sendo CPT: “Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos”. A luta por direitos, no campo ou na cidade, é necessária, justa e evangélica, pois segue os passos e as inspirações de Jesus de Nazaré.

Um dos desafios cada vez mais urgentes é a sustentabilidade da CPT, entendida de forma integral, ou seja, sustentabilidade humana, pastoral, política e financeira. Para responder



esse desafio, a CPT decidiu lançar em 2016 a Campanha dos 40 anos, com os seguintes objetivos:

- 1) Dar visibilidade às causas que a CPT acompanha e sensibilizar as pessoas para o apoio às comunidades que lutam por seus direitos no campo;
- 2) Fortalecer a identidade pastoral;
- 3) Deixar claro qual a missão da CPT para a sociedade, às Igrejas, organizações parceiras e agentes da pastoral, a fim de ampliar as contribuições financeiras, para que a CPT possa continuar desenvolvendo sua missão.

São várias organizações, como a CPT, que atuam no campo, assumem as lutas de comunidades vulnerabilizadas e que tem cada vez mais dificuldades de sustentar-se financeiramente. As necessidades são cada vez maiores para manter a estrutura necessária que dê suporte ao trabalho de base. A cooperação internacional já contribuiu muito, mas amplia seu apoio para outras regiões do mundo, diminuindo o apoio às organizações do Brasil, por diversas razões. Dessa maneira, está posto o desafio de mobilizar recursos localmente. A CPT entende que, por sua própria missão, não deve acessar qualquer recurso, sem uma séria avaliação das fontes e

de quais consequências cada recurso poderá trazer para a coerência e missão da pastoral. Contudo, estamos apostando na mobilização de recursos através de pessoas físicas e de entidades parceiras que acreditam e apoiam a missão da CPT, se solidarizam com os povos do campo e, do pouco que têm, se dispõem a contribuir.

São 40 anos de história. Mas não é simplesmente pelos 40 anos que decidimos realizar uma Campanha de mobilização de recursos, mas pela necessidade urgente que temos para continuar sendo presença solidária, fraterna, afetiva, ecumênica junto ao povo. A força, a resistência, a luta, a esperança que marcam a vida dos nossos povos não nos deixam desistir de lutar por justiça e mais vida no campo, e nos levam a buscar os instrumentos possíveis para continuar garantindo essa presença de forma mais sólida. A CPT, em todos os cantos do Brasil onde está presente, nunca deixou de realizar sua missão por falta de recursos financeiros. Sabemos do empenho de tantos agentes, homens e mulheres, no esforço de visitar comunidades, fazer mobilização, construir articulações, estar presente nos momentos mais difíceis da vida do povo, mas também nos momentos de alegria, de celebração, não raro utilizando de seus poucos recursos próprios para garantir despesas de atividades e em

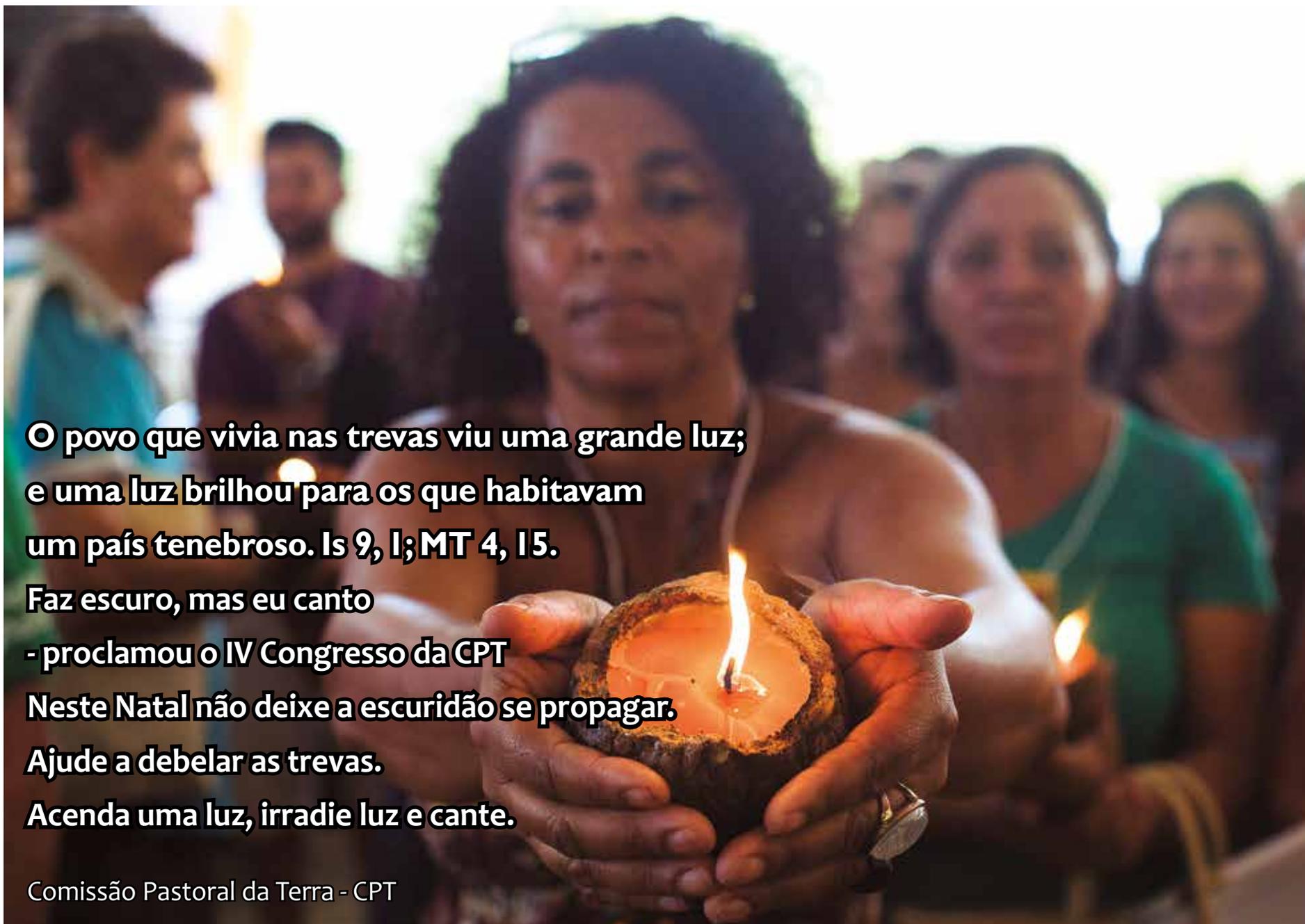
situações de risco, inclusive para a própria vida. Isso revela um sentimento de compromisso forte com a missão que assume. No entanto, sabemos que quando os recursos financeiros diminuem ou acabam, fica mais difícil manter uma presença ativa.

A história da CPT é feita de pessoas, de muitos rostos que passaram pela Pastoral durante estes 40 anos. Muitas comunidades foram acompanhadas. Várias ações foram se consolidando ao longo dos anos, como a produção do *Conflitos no Campo Brasil*, que há 30 anos vem sendo um instrumento valioso de registro dos conflitos no campo e denúncia, utilizado por comunidades, pastorais, movimentos sociais, pesquisadores. Somos agradecidos por todo o reconhecimento que a CPT tem da parte de vários setores da sociedade e de pessoas. Esperamos contar, portanto, nesta Campanha, com todas as pessoas que acreditam na CPT e desejam que ela continue prestando esse serviço educativo e transformador. Cada pessoa pode contribuir financeiramente, mas também sendo um agente voluntário da Campanha, animando onde vive, no trabalho, divulgando nas redes sociais, informando a parentes e amigos e de outras maneiras oportunas e possíveis.

A Campanha está sendo preparada para ser lançada em abril de 2016, durante o Conselho Nacional da CPT e queremos intensificá-la durante os meses de junho e julho de 2016, com várias atividades em nível nacional e nos regionais. Serão indicadas diversas maneiras de contribuir com a Campanha, seja de forma financeira espontânea ou continuada, seja como agente multiplicador da Campanha. Nas mídias sociais da CPT ou com os vários agentes nos regionais será possível obter informações, adquirir material, colocar-se à disposição para contribuir nas diversas atividades. Contamos com você. As comunidades camponesas, povos e comunidades tradicionais contam com o seu apoio, a sua solidariedade. Uma boa Campanha a todos nós!

Cultura

Foto: Joka Madruga



**O povo que vivia nas trevas viu uma grande luz;
e uma luz brilhou para os que habitavam
um país tenebroso. Is 9, 1; MT 4, 15.**

Faz escuro, mas eu canto

- proclamou o IV Congresso da CPT

Neste Natal não deixe a escuridão se propagar.

Ajude a debelar as trevas.

Acenda uma luz, irradie luz e cante.

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA